

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.049 - SP (2019/0316901-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
INTERES. : DEODORIA LAURINDA CERQUEIRA
ADVOGADO : ANDRE LUIZ DA SILVEIRA - SP274542
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos autos de Ação Previdenciária para a concessão de aposentadoria por invalidez e/ou auxílio doença.

Dispensei manifestação do Ministério Público Federal, por se tratar de matéria já conhecida desta Corte.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.10.2019.

Conforme orientação do STJ, a competência para julgar as demandas que objetivam a concessão de benefício previdenciário relacionado a acidente de trabalho deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir. Nesse sentido: CC 107.468/BA, 3a. Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/10/2009.

No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da presente ação é a conversão do auxílio-doença para aposentadoria por invalidez, não tendo feito qualquer alusão a acidente de trabalho. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça Federal.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AUXÍLIO DOENÇA. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PEDIDO QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE A JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgar as demandas que objetivam a concessão de benefício previdenciário relacionado à acidente de trabalho deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir. Nesse sentido: CC 107.468/BA, 3a. Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/10/2009.

2. No caso dos autos, conforme se extrai da Petição Inicial, o pedido da

Superior Tribunal de Justiça

presente ação é a Conversão de Amparo Social para Auxílio-Doença e/ou Aposentadoria, não tendo feito qualquer alusão a acidente de trabalho. Logo, a competência para processar e julgar a presente demanda é da Justiça Federal.

3. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal de Bom Jesus da Lapa - SJ/BA .

(CC 163.546/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/03/2019, DJe 20/03/2019)

Diante do exposto, **conheço do Conflito para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o suscitado.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator